

A esquerda e a democracia do papel

Lincoln Moraes de Souza – UFRN

GENRO, Tarso. *Esquerda em processo*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

Publicado em 2004, o livro do ministro da educação surgiu em boa hora. Em primeiro lugar, porque possibilita ao leitor conhecer uma das poucas defesas do governo Lula. Mas, de qualquer forma, não deixa de ser uma oportunidade para se ver mais de perto uma das justificativas e posturas de um dos teóricos governistas. Em segundo, também permite se ter uma idéia, por geral que seja, das oscilações e performance do pensamento de Genro. Finalmente, em terceiro lugar fica atestado, mais uma vez, o que o mero discurso suporta ou, em outras palavras, como é fácil ser de esquerda e democrático no papel, já que neste produto da flora cabe tudo, como fala o ditado popular.

Antes de entrarmos mais diretamente no conteúdo e propostas do livro, vejamos alguns detalhes sobre a estrutura e a forma do mesmo. Ele é composto de onze ensaios sem uma ordem temporal, isto é, alguns foram escritos antes do governo Lula e outros depois, quatro partes gerais e os respectivos capítulos.

Quanto à forma e conotação do livro, alguns aspectos chamam bastante a atenção. Inicialmente, deve-se destacar o tom polêmico habitualmente adotado por Genro em outras publicações. Registre-se, também, para surpresa de muitos, que o autor ainda considera-se socialista. Além do mais, em vários momentos tem-se a impressão (forjada ou não) de que Genro não faz parte do governo Lula e nem é do PT, uma vez que profere um conjunto de críticas diretas ou indiretas ao neoliberalismo (p. 60, 87, 93 e outras) e ao capital financeiro (p. 63-64), tece loas à esfera pública (p. 62) e fala mesmo de esfera pública popular, democrática e não estatal, alude a

discordâncias no que se refere ao fisiologismo, assenta baterias contra o taticismo e o oportunismo (p. 112) etc.

Passemos, então, para as questões centrais de conteúdo e de propostas do autor. Como em outras ocasiões, Genro delimita, às vezes corretamente e outras não, o campo da polêmica e procura situar-se dentro ou fora dele. No caso do livro e apesar de pequenas ressalvas de passagem, ele procura passar a idéia de que somente haveria duas grandes concepções ideológicas gerais, ou seja, o neoliberalismo e o estalinismo (especialmente p. 7-8, 95). Em seguida, e aqui reside um dos problemas, o autor quer emergir como a grande novidade da praça (p. 116), em que pese muitas coisas antigas e algumas obviedades.

Voltando-se especificamente para suas (?) propostas, vale a pena destacar as que julgamos mais presentes no texto e alguns de seus principais desdobramentos e as críticas que suscitam. A mais fundamental e geral, diríamos, é claramente explicitada no início do livro, onde o autor diz, com todas as letras, que seria necessário “rebaixar” (aspas do original) o programa estratégico vinculado à emancipação e adotar como nuclear a luta imediata e que diz respeito à inclusão social, projeto nacional e distribuição de renda visando-se recriar um projeto humanista e que seja verdadeiramente democrático e... socialista (p. 8). Posteriormente, a proposta é retomada também quando se refere ao governo Lula e defende o chamado realismo (p.96-97). Mas, como se assinalou anteriormente, Genro considera-se um socialista.

Prosseguindo nas suas propostas, ao se vincular ao projeto nacional, um dos centros do que ele considera como sendo sua estratégia e algo bastante novo, o autor fala de cinco desafios a enfrentar e superar (p. 21-27), quais sejam: criação de novas tecnologias vinculadas à base produtiva; reforma do Estado e colocando-o sob o controle público; indução de forma planejada de um mercado interno de massas e a influência na estrutura de classes; intervenção intensa no mercado de trabalho; geração de reservas através da inversão do fluxo da balança comercial.

Para se entender melhor o livro, torna-se fundamental também estabelecer algumas conexões do ministro com o governo atual e chamar a atenção, especialmente, para os trabalhos publicados a partir do ano de 2003. Para se ter uma idéia, num capítulo posterior e publicado no primeiro ano do novo governo, intitulado “*Demarcação e hegemonia*”, reside, a nosso ver, um dos traços mais reveladores da concepção atual de Genro. Para ele, em função das mudanças (p. 40) de classes e outras, o mais importante na disputa de hegemonia não seria mais a demarcação (especialmente de classe, diríamos), mas projetos políticos que combatessem a incerteza e estabelecessem uma alternativa sólida e estável (p. 39-40, 46-47). Em outras palavras e para um médio entendedor, as diferenças de classes e os respectivos embates estariam fora de moda e inúteis no terreno da luta política.

Num capítulo subsequente e que tem o mesmo título do livro, ou seja, “*Esquerda em processo*”, o autor deixa claro que, para ele, as chamadas experiências socialistas não somente redundaram em fracasso como apenas redistribuíram ditatorialmente a pobreza (p. 69-70). Posta a conclusão, Genro a vincula explicitamente ao governo Lula. Segundo ele, não se trata de um debate que oponha esquerda e direita, mas de manter a mesma frente ampla que elegeu Lula, evitar rompimentos e não exacerbar a luta de classes sob pena de retrocesso. Desta forma, o autor prossegue defendendo a conciliação de interesses com sentido policlassista para... enfrentar (?)

o capitalismo especulativo... (p. 71) e, via transição negociada (p. 71) construir-se... um novo modelo... E isto, ainda para o autor, pasmem, não materializaria uma visão de direita, mas constituiriam dois tipos de esquerda, ou seja, a tradicional e a dele, no caso o que denomina de esquerda em mudança (p. 71). Fica claro, portanto, que, mais uma vez, tenta-se passar coisas antigas (conciliações de classe etc.) como o mais novo em termos de idéias gerais e de política.

Em outro capítulo, agora intitulado “*Socialismo e governo Lula*”, o autor joga um pouco fora seu disfarce de esquerda em mudança ao distorcer algumas visões e afirmar que, para os socialistas inspirados nas revoluções do Leste Europeu o governo não deveria dar certo, já que este estaria querendo democratizar a renda, promover a inclusão social e também outros padrões de coesão social e gerar o crescimento econômico. E, caso isto ocorresse não haveria pobreza e atraso, que seriam os componentes da revolução clássica (p. 103). Perguntaríamos: será que Genro esqueceu-se que seu governo está recheado de estalinistas, incluindo os travestidos de moderninhos e o próprio PC DO B?

No último capítulo, denominado “*Esquerda e segurança na aventura da mudança. Uma outra esquerda no governo Lula*”, o ministro retoma e reafirma alguns pontos. Merece destaque, por exemplo, o fato de que ele acentue as questões da segurança e do modo de vida como partes integrantes de uma nova esquerda (p. 116). Vinculando o governo a isto, defende que não ocorreriam mais conflitos diretos de classes e, assim, dever-se-ia zelar pela prudência e pelo realismo (p. 118, 121).

Prosseguindo, Genro associa o governo do qual faz parte ao controle público e democrático do Estado e ao crescimento com distribuição de renda. Que seriam, pelo raciocínio do autor, além de verídicos, os possíveis (p. 121). E tanto seria assim, para adotar seu raciocínio governamental, que ele procura, usando dos mitos neoliberais, justificar o salário mínimo de R\$ 260,00 como sendo o máximo possível para não comprometer (?) a Previdência. Mas,

vai mais longe ainda. Ao lembrar que a oposição de esquerda e oposição de direita votaram contra o governo diz que, apelando para o senso comum, que a ideologia tem pouco sentido no momento. E, no velho hábito estalinista, acentua o que as duas oposições teriam de comum e não de diferente (p. 122-123), ou seja, coloca tudo no mesmo plano.

E o autor continua insistindo e argumentando sem base empírica ao afirmar que, no governo, não existiriam “extremista de direita” (aspas do original), mas apenas na oposição. Ora, mas Genro cita como exemplo neste espectro grandes aliados como Antônio Carlos Magalhães do PFL (p. 122). E omite que, dentre outros, foi devido em grande parte ao apoio deste partido, bem como dos malufistas que o governo conseguiu aprovar a privatização da Previdência no Congresso. Em outras palavras, parte dos “extremistas de direita” (para usar as aspas de Genro) não somente apoiam as políticas econômicas e sociais do governo como constituem parcela significativa de sua base parlamentar.

Finalmente, o autor arremata: o relevante seria um novo contrato social (p. 124-125), ou seja, Genro, em que pese dourar a pílula, retoma uma velha proposta da direita. Mas, diríamos, é compreensível, já que, para ele, os governistas que dão sustentação a seu governo é que seriam favoráveis à retomada do crescimento econômico, distribuição de renda, criação de empregos, novo patamar civilizatório do Brasil e a manutenção da democracia política. E perguntaríamos: isto tem lógica compatível com o mínimo de criticidade? Responderíamos: não, mas é o que está escrito. Qualquer dúvida é só ler o livro do ministro e observar como no papel cabe tudo, inclusive esquerda e democracia.